

À

**Pregoeira da Prefeitura Municipal de Araxá – Minas Gerais**  
Centro Administrativo - Avenida Rosália Isaura de Araújo nº 275  
Bloco 03 B. Guilhermina Vieira Chaer – Araxá/MG  
CEP 38.180-802  
[admseguranca01@araxa.mg.gov.br](mailto:admseguranca01@araxa.mg.gov.br)  
(e-mail disponibilizado no edital).

**Ref.: Edital de Pregão Eletrônico nº 009.036/2022**

A/c **Pregoeira** Sra. Nathalie Isabela Kfuri da Silva

A **GCT – GERENCIAMENTO E CONTROLE DE TRÂNSITO S.A.** (“**GCT**”), sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o nº 01.466.431/0001-00, com sede na Rua Unaí, n. 190, Bairro Industrial, Contagem/MG, CEP 32.220-350, vem, respeitosamente, com base no disposto no item 30.1 do Edital e no art. 12 do Decreto Federal nº 3.555/2000, apresentar **impugnação ao Edital**, pelos fundamentos a seguir expostos.

## **1. INTRODUÇÃO**

**1.1** O Município de Araxá publicou o Edital de Pregão Eletrônico nº 09.036/2022 (“**Edital**”) almejando a “*Contratação de empresa especializada em implantação e operação de equipamento de fiscalização eletrônica, que contemple controlador de velocidade, avanço semaforico, talão eletrônico, sistema de gestão de dados de acidentes de trânsito, processamento de infrações, geração de relatórios estatísticos, leitura automática de placas para envio de dados online a Polícia Militar de*”

*Minas Gerais de forma continuada, para controle e gerenciamento do trânsito do Município de Araxá”.*

**1.2** Após a análise do Edital e de seus anexos, ficou constatada a existência vício relativo às condições de participação que restringem indevidamente o caráter competitivo do certame e, caso mantido, certamente dará ensejo à anulação da licitação, ocasionando danos ao Município e ao próprio interesse público, o que não pode ser admitido.

**1.3** É o que se passa a demonstrar.

**2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO RESTRINGE O CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. EXIGÊNCIA DE ESPECIFICAÇÃO NÃO DISPONÍVEL NO MERCADO DE INSUMOS. PROVOCAÇÃO ONEROSA INDEVIDA. FRUSTRAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE.**

**2.1** O item 5.5.3, do Termo de Referência do edital, estabeleceu a seguinte exigência:

5.5.3. O equipamento deverá possuir sistema de status atual com detecção de falhas, demonstrando estas informações em display interno do próprio equipamento. Não será aceito demonstração de falhas através de conexões remotas ou físicas de outros equipamentos que não estejam contempladas na documentação de aprovação do equipamento. Esta funcionalidade se dá para que o operador, fiscal de contrato, ou delegados do Ipem, possam visualizar com facilidade os indicadores e possíveis falhas nos momentos de checagem do mesmo.

**2.1.1** O sistema Status com Detecção de Falhas visa subsidiar a operadora em relação ao funcionamento dos equipamentos, trazendo informações de que os mesmos se encontram operacionais e/ou com defeitos. É com base nessas informações que a operadora monta seu plano de manutenção. Exigir que o sistema Status esteja disponível em cada equipamento, é algo totalmente contraproducente, ora, a implantação deste sistema em cada unidade, gerará um custo extremamente superior, vez que além da unidade instalada, ainda assim será necessária a visita de

um fiscalizador, que, contrário ao que se pede neste edital, pode portar um único equipamento capaz de aferir todas as medições, em todos os equipamentos gerando um custo único.

**2.1.2** Ou seja, uma vez que o sistema status não pode estar centralizado em um único local, tal vício gera ineficiência econômica ao exigir que, para aferir o funcionamento dos equipamentos, sejam necessárias visitas periódicas gerando assim, despesas e custos excedentes e economizáveis ao erário.

**2.2** Já o item 7, e seus sequenciais, também do Termo de Referência do edital, há a seguinte exigência técnica:

**7. DOS EQUIPAMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DO TIPO PORTÁTIL – TALONÁRIO ELETRÔNICO:**

**7.1. Características do Talonário:**

7.1.1. O equipamento deve ser do tipo smartphone, PDA, ou tablete, desde que atenda as funcionalidades especificadas neste termo de referência.

7.1.2. Dispositivo móvel com características mínimas:

- a) Tela colorida de no mínimo 5" a no máximo 6,5 polegadas com o recurso Touchscreen, resolução mínima 1280 x 720;
- b) Processador com velocidade mínima de 1.5MHz;
- c) 4 GB de memória RAM;
- d) Memória de armazenamento mínima de 32 GB índice de proteção mínimo: IP67 de acordo com as especificações de Certificação MIL-STD 810G;
- e) Peso máximo do equipamento completo 250g, suporte a redes GPRS, Bluetooth, Wireless, Câmera fotográfica colorida com resolução mínima de 16 Megapixels;
- f) Gravação de Vídeos FHD (1920 x 1080) @30fps;
- g) Sistema de posicionamento global (GPS);
- h) Bateria removível recarregável de Ion Lítio (ou similar) de no mínimo 4000 mAh.
- i) Bolsa protetora contra intempéries, com alças para facilitar o seu transporte;
- j) Dispositivo próprio integrado de comunicação com a rede pública celular, sem a utilização de acessórios, tais como jaquetas ou cabos.

**2.3** Com ênfase na alínea **h**, ressalta-se a seguinte exigência:

**h) Bateria removível recarregável de Ion Lítio (ou similar) de no mínimo 4000 mAh.**

**2.4** Isto posto, e após uma criteriosa análise do mercado atual de fornecimento de insumos e equipamentos eletroeletrônicos, insta constar os seguintes apontamentos e colocações:

**2.5** O equipamento exigido é o tipo smartphone, que tem como função básica, acompanhar o agente de fiscalização durante todo o seu turno de trabalho. Esse agente manuseará o equipamento por um período de horas (a contar da escala para a qual for designado). Entende-se, portanto, que deve ser um equipamento de fácil utilização e manuseio, de modo a não dificultar a atividade laboral do profissional ali disposto.

**2.6** A utilização deste equipamento se dará de forma diária e contínua, não havendo, entretanto, suporte ou móvel externo no qual o agente utilizador apoiara o equipamento durante seu uso.

**2.7** Desse modo, presume-se que este equipamento deve conter características de fácil manuseio, e que não gere dificuldades excedentes para ser armazenado/carregado, mesmo porque, este não será o único item de trabalho o qual ele estará portanto durante seu turno.

**2.8** Ressalta-se ainda que, o smartphone utilizado pelo agente estará exposto às mesmas condições que o profissional, ou seja, queda, umidade, altas e baixas temperaturas, risco de chuvas, dentre outros efeitos da natureza que nem sempre podem ser previstos nem calculados.

**2.9** Observações iniciais feitas, saltemos para outra pontuação. Em artigo publicado a aproximadamente 05 (cinco) anos, podemos visualizar uma mudança significativa na evolução dos equipamentos eletroeletrônicos/smartphones no que tange a disposição de baterias.

**2.10** Observa-se na matéria publicada no site <https://tecnoblog.net/especiais/felipe-ventura/fim-smartphones-bateria-removivel/#:~:text=H%C3%A1%20v%C3%A1rios%20motivos%20para%20as,traseira%2C%20em%20vez%20de%20pl%C3%A1stico>, que já há algum tempo não há mais a expectativa de disponibilização desses equipamentos nessas condições, quais sejam, BATERIA REMOVÍVEL.

**2.11** No trecho transcrito abaixo, extraído da publicação supramencionada, percebemos algumas das razões pelas quais essas mudanças foram feitas:

*[...] Há vários motivos para as fabricantes — começando pela Apple — abandonarem as baterias removíveis. Isso deixa o smartphone mais fino e mais*

*leve; facilita a proteção IP68 contra água e poeira; e permite usar metal e vidro na traseira, em vez de plástico.[...]*

**2.12** Diante disso, e considerando a exigência do edital em aplicar um objeto com uma especificação técnica já praticamente banida do mercado, nos deparamos com diversos obstáculos os quais só apresentam o encarecimento do orçamento e consequente frustração à princípio básico do processo licitatório, qual seja, **PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE**.

**2.13** Após longa pesquisa no mercado, nos deparamos com uma carência incontável desse tipo de produto, sem contar que os ainda disponíveis, em sua quase totalidade, dão conta de equipamentos antigos, já não mais fabricados, e na maioria equipamentos usados, os quais não trazem a garantia mínima exigida no edital, além do fato de não permitir substituições posteriores, pois já não são mais fabricados.

**2.14** Em face a todas as limitações que este item dispõe, seu custo torna-se ainda mais elevado, gerando, desse modo, uma contrapartida negativa ao órgão, vez que todas as propostas a serem apresentadas e disputadas, obviamente, apresentarão, inseridas em seus custos, a despesa para aquisição e posterior manutenção deste objeto, que por ser de maior carência no mercado, já será imposta sua dificuldade na composição de preços.

**2.15** Com todas as limitações no atendimento deste requisito, torna-se redundante dizer que este item onera, injustificadamente, os custos para seguimento do processo, inclusive quando nos atentamos para os pontos negativos a seguir expostos:

**2.15.1** Como já mencionado acima, o item de referência neste apontamento é de uso contínuo do agente fiscalizador, ou seja, deve levar ao profissional o máximo de conforto e segurança possível para uma atuação laboral adequada;

**2.15.2** Impor a este profissional um equipamento precário, já não mais utilizado no mercado, pode gerar desgastes e dificuldades incontáveis;

**2.15.3** Este item apresenta resistência incontavelmente inferior, principalmente quando trata-se de proteção com água e poeira, o que também faz parte das exigências constantes do termo de referência;

**2.15.4** O objeto exigido neste item, com essas condições, apresenta peso e desconforto superior aos produtos mais modernos, o que pode gerar maior dificuldade para os profissionais na sua atuação diária;

**2.15.5** Os smartphones solicitados possuem ainda valores mais altos e qualidade consideravelmente inferior aos produtos mais modernos, que além desses contrapontos, ainda são mais fáceis de encontrar, e com maior disponibilidade para manutenção, em caso de algum defeito apresentado;

### **3. CONCLUSÃO E PEDIDO**

1. Diante de todo o exposto, pede-se que seja a presente impugnação **CONHECIDA E PROVADA**, alterando-se o Edital, para que seja retificado os vícios acima identificados, com a devida republicação do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, §4º, da Lei Federal n. 8.666/1993.

Atenciosamente,

Contagem/MG, 15 de março de 2022.

**GCT – Gerenciamento e Controle de Trânsito S/A**  
**ANDRÉ ROCHA BAETA**  
**DIRETOR**

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/47E1-FA0A-F09A-A124> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 47E1-FA0A-F09A-A124**



### Hash do Documento

6F75530DE92CBAAC404B16825D624898DE2FA6B33864428A0FD4A5A0F4E2AAC5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/03/2022 é(são) :

☒ Andre Rocha Baeta (Signatário) - 747.476.906-97 em 15/03/2022

18:27 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

